

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – 4.^a edição

Marisa Pereira Gomes

AVALIAÇÃO E REVISÃO DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS

Santana do Livramento
2015

Marisa Pereira Gomes

AVALIAÇÃO E REVISÃO DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Vanessa Souza Pereira

Santana do Livramento
2015

MENSAGEM

“... Aprender é construir, reconstruir e constatar a mudança.”

Paulo Freire, 2009, p.69

AGRADECIMENTOS

Ao término do curso de especialização em Gestão Escolar, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de mais um aprendizado.

Aos Educadores (Mestres) dessa Instituição que contribuíram para o nosso conhecimento e crescimento pessoal.

Em especial, a minha Orientadora, pelo incentivo, atenção e motivação para a realização desse trabalho.

Ao amigo, Antenor Luiz Casagrande pela colaboração, sugestões e recursos bibliográficos.

As Amigas Cláudia Nazeazeno, Cledenir Dri e Maria do Carmo Vitorino que colaboraram com recursos bibliográficos e correções deste trabalho.

A Escola Estadual Médio Uruguaiana e comunidade escolar pela oportunidade de realizar o curso de especialização e participar das mudanças no projeto político-pedagógico com uma nova visão de avaliação.

E finalmente a minha família pelo incentivo e apoio para a continuidade do curso.

RESUMO

Na busca de melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da metodologia empregada no processo avaliativo dos educandos, a Escola Estadual de Ensino Médio Politécnico, preocupada em superar a avaliação discriminatória e excludente, optou por uma construção coletiva e interdisciplinar numa perspectiva de crescimento do conhecimento, considerando uma prática avaliativa coerente, não sendo um mero instrumento, mas um fazer pedagógico que contribuiu para a formação de um aluno participativo e crítico. Os estudos contribuíram para a reestruturação do Projeto Político-Pedagógico, produzindo mudanças em vários aspectos, como a participação da comunidade escolar na tomada de decisões, a construção coletiva de propostas pedagógicas e a revisão das práticas avaliativas. O planejamento com os professores foi por área de conhecimento e interdisciplinar, possibilitando, assim, a análise das propostas pedagógicas e metodológicas desenvolvidas e como resultado o processo avaliativo passando a ter um novo sentido, a construção do conhecimento e autoavaliação.

Palavras chave: Gestão escolar democrática, Construção, Participação, Avaliação.

ABSTRACT

In the quest to improve the quality of teaching-learning process and therefore the methodology used in the evaluation process of the students, the high school State school , anxious to overcome the discriminatory and exclusive evaluation, opted for a collective and interdisciplinary perspective construction of knowledge growth, whereas an evaluative practice consistent, not being a mere instrument, but a pedagogical contributed to the formation of a learner and critical. The studies contributed to the restructuring of the Pedagogical political project producing changes in various aspects, the participation of the school community in decision-making, collective construction of pedagogical proposals and review of evaluative practices. Planning with teachers was for knowledge and interdisciplinary area, thus enabling the analysis of pedagogical and methodological proposals developed and as a result the evaluation process going on to have a new meaning, knowledge construction and self-assessment.

Keywords: school Democratic Management, construction, Participation, evaluation.

LISTA DE SIGLAS

PBF - Programa Bolsa Família.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Questionário para segmento escolar.....	22
Quadro 2. Ações construídas para a Execução do Plano de Intervenção.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA, AVALIAÇÃO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	14
3.1 Avaliação	16
3.2 Avaliação numa perspectiva democrático-participativa	20
4. METODOLOGIA.....	21
5. AÇÕES REALIZADAS.....	233
6. RESULTADOS	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS	33

1. INTRODUÇÃO

A escola Estadual de Ensino Médio criada pela Portaria Estadual de Autorização de Funcionamento n.º 19265 de 07 de março de 1981, Diário Oficial na mesma data, tem como mantenedora a Secretaria Estadual de Educação, que designa recursos como verbas para despesas materiais e recursos humanos à Instituição através da 10.ª CRE. Ao Gestor, cabe a responsabilidade de gerir os recursos, de proporcionar formação aos professores e de prover materiais didáticos e pedagógicos.

A Escola oferece o Ensino Médio Politécnico¹ e Técnico em Comércio Exterior e Logístico, e contou com 1.292 alunos e 95 servidores (84 professores e 11 funcionários) no ano de 2014. Situada na Cidade de Uruguaiana/RS, localizada no bairro Santana, nas proximidades estão escolas de educação infantil e de ensino fundamental. A comunidade é, na sua maioria, oriunda da periferia, de bairros com vulnerabilidade social, sendo alguns alunos do meio rural. No entorno da escola, existem estabelecimentos comerciais de médio e grande porte, sendo que muitos alunos se encontram inseridos no mercado de trabalho, em programas do governo como Jovem aprendiz², Bolsa Família³ e o Pronatec⁴. Há, na escola, amplos recursos tecnológicos como sala digital, salas multifuncionais e armário tecnológico, sendo permitido o acesso à comunidade escolar.

O Projeto Político-Pedagógico da escola foi construído coletivamente em março de 2002, revisto em março de 2012, com alterações na expressão dos resultados que passou de notas a conceitos e pareceres devido ao novo ensino médio politécnico. Foi elaborado o projeto político pedagógico apenas pela coordenação pedagógica e aprovado pela comunidade escolar. Em outubro de

¹ Ensino Politécnico- Reestruturação curricular do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul-2011/2014.

² Jovem Aprendiz - Programa que visa adolescentes de 14 a 24 anos que estudam e trabalham ao mesmo tempo, sendo oportunizada a formação técnica profissionalizante, por meio de curso técnico na profissão à qual está se capacitando.

³ Bolsa Família - Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa federal de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, com a finalidade de promover seu acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo Intergeracional da pobreza.

⁴ Pronatec. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

2014, houve a necessidade de sua reestruturação devido às divergências entre o projeto político-pedagógico e o trabalho pedagógico que estava sendo desenvolvido. Hoje o processo ocorre por áreas de conhecimento e seminário integrado. Houve entendimento que a revisão seria coletiva. Também no Projeto Político-Pedagógico de 2014 foi alterado o processo de avaliação que se fez necessário diante das mudanças de concepção das práticas avaliativas, dando ênfase a uma avaliação mais justa e menos excludente.

Com a reestruturação do projeto político-pedagógico, em 2014, houve a necessidade de revermos as práticas pedagógicas, assim como os processos avaliativos, que têm sido um dos pontos importantes entre os professores, gestores, alunos e pais. A escola, como um espaço democrático em que todos buscam a melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem, proporcionou encontros para debates sobre as práticas avaliativas. As avaliações foram seletivas, com apenas um indicador de “*avançou ou permaneceu*”, desconsiderando, muitas vezes, o que já foi construído pelo aluno durante o período letivo.

A escola objetiva uma prática pedagógica que contribua para a formação de um aluno criativo, crítico e participativo, considerando as habilidades e competências de cada um, o comprometimento com a aprendizagem significativa, deixando de ser discriminatória e excludente, para se tornar participativa e coletiva. Assim, passar a ser desejável uma avaliação emancipatória, com uma proposta de construção do conhecimento, da autonomia e da cidadania.

O Projeto de Intervenção foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Uruguaiana, ensino politécnico, em uma turma de 1.º ano noturno, com faixa etária de 14 a 17 anos, muitos inseridos no mercado de trabalho, sendo na maioria oriundos da periferia de bairros com vulnerabilidade social. As ações construídas pela comunidade escolar foram desenvolvidas na turma 1.º C, sendo uma turma com características heterogêneas; o planejamento dos professores foi nas áreas de conhecimento e interdisciplinar, possibilitando a ação-reflexão das propostas pedagógicas e metodológicas trabalhadas em sala de aula, no sentido da revisão dos próprios conceitos de avaliação. Também tivemos como objetivo a reflexão e a ressignificação da metodologia empregada em práticas avaliativas de sala de aula, proporcionando a construção de ações com propostas pedagógicas de anseio da comunidade escolar. Assim, a metodologia empregada no processo avaliativo dos

alunos foi a de superar a avaliação discriminatória e excludente, portanto, fortalecendo a construção coletiva e interdisciplinar. Numa perspectiva de crescimento do conhecimento, tem como objetivo uma prática avaliativa coerente, não sendo um mero instrumento, mas um fazer pedagógico que contribui para a formação de um aluno participativo e crítico.

O processo avaliativo buscou proporcionar uma avaliação mais justa, como elemento de construção do educando e contribuindo para a autonomia. Desse modo, houve o resgate da autoestima e a permanência na escola.

Com metodologias aplicadas interdisciplinares pelas áreas de conhecimento foi possível a análise das propostas e das ações desenvolvidas em sala de aula e como resultado o processo avaliativo da aprendizagem, sem que ocorressem distorções e gerassem incertezas tanto para o aluno quanto para os pais.

Segundo Melchior (1999) *apud* Fuhrmann e Pause (2014, p.194) “[...] a avaliação é o elemento que perpassa o processo educativo, fazendo a interligação entre os diferentes momentos da ação pedagógica”. Assim, cabe aos gestores, junto à comunidade escolar, desmitificar esse tipo avaliação excludente, proporcionando o envolvimento de todos para repensar as práticas pedagógicas e avaliativas da escola.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma avaliação que atue como instrumento mais justo possível, como elemento de construção participativa e contínua que procure a formação do aluno para a sua autonomia, cidadania e solidariedade, a fim de resgatar a sua autoestima e a permanência na escola.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reestruturar e reconstruir o Projeto Político-Pedagógico da Escola.
- Realizar ações e estratégias para o planejamento sistemático através de observações, reflexão, análise e mudanças das práticas pedagógicas e metodológicas.
- Propor encontros participativos para a elaboração das práticas avaliativas.
- Realizar a autoavaliação de forma participativa ao término de cada trimestre.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA, AVALIAÇÃO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A escola numa perspectiva de gestão democrática, priorizando a participação de toda comunidade escolar, com objetivo de uma educação voltada à cidadania e valorização do conhecimento, onde o processo de aprendizagem foi o elemento de formação e diálogo, enquanto a avaliação, um elo entre a aprendizagem e a construção do conhecimento. Dessa forma, garantiu-se a permanência do aluno na escola.

A educação brasileira caracteriza-se por um direito constitucional que garante o acesso, a permanência e o desenvolvimento da pessoa humana, como um ser participante capaz de transformar a realidade da qual está inserida. A continuidade do ensino é de responsabilidade da escola, garantir através de seu Projeto Político-pedagógico um sistema avaliativo coerente com as práticas pedagógicas e voltado a sua realidade, propondo mudanças e estimulando a aprendizagem do aluno, assim como, sua promoção de forma justa e inclusiva. Como base legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) afirma:

A avaliação da aprendizagem, conforme a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pode ser adotada com vistas à promoção aceleração de estudos e classificação, e deve ser desenvolvida pela escola refletindo a proposta expressa em seu projeto político-pedagógico. Importante observar que a avaliação da aprendizagem deve assumir caráter educativo, viabilizando especialmente ao estudante a condição de analisar seu percurso e ao professor e à escola identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas (BRASIL, 2014).

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), que garante a educação para todos com base no direito à igualdade de condição para o acesso e a permanência na escola, também ressalta a gestão democrática nos princípios de transparência, impessoalidade e autonomia. Essa modalidade de gestão exerce papel importante no âmbito escolar, sendo o gestor responsável pelo diálogo, gerindo a educação com qualidade, priorizando investimento em recursos materiais e humanos para formação periódica aos professores, no funcionamento efetivo da escola, sendo mediador de conflitos em busca de uma solução.

A participação da comunidade escolar é fundamental para o processo desenvolvido no âmbito escolar – como o Conselho escolar, o Círculo de Pais e

Mestres, o Conselho de Classe e até mesmo Conselho Tutelar – para a construção coletiva, os debates e o diálogo que contribuem para o crescimento e a formação de um cidadão atuante em sua comunidade.

Também salientamos a importância dos gestores escolares junto ao grupo de professores e pais com compromisso de promover ações que garantam o direito dos alunos na escola; cabe ainda à família a responsabilidade de prover condições para que seu filho tenha acesso à escola e acompanhar o seu desenvolvimento; aos professores, compete garantir que o conhecimento e a formação dos alunos; aos gestores, é sua atribuição acompanhar o desenvolvimento, as práticas pedagógicas e a assiduidade do aluno.

A escola com visão democrática prioriza uma educação cidadã voltada ao respeito ao outro, à diversidade, à solidariedade e à cidadania, dessa forma inserindo o aluno num contexto sociocultural para que ele se desenvolva como sujeito político, capaz de posicionar-se diante de fatos ou situações na vida escolar e social. No momento em que o aluno tem como prática diária na escola a dialogicidade, os questionamentos, o fazer-se escutar, está contribuindo para a construção escolar, e com isso faz com que os pais comecem a perceber a importância da participação no ambiente escolar como parte integrante desse processo.

Quando nos referimos à cidadania, precisamos ter clara a importância da construção de normas de convivência escolar, sendo que todos devem participar na elaboração dos direitos e deveres no ambiente escolar, favorecendo, assim, o convívio e o respeito ao espaço ocupado por todos.

A escola, como ambiente de convívio entre professores, alunos, funcionários, pais e gestores, provoca a interação e a participação na tomada de decisão, contribuindo para uma escola que perpasse os muros, fazendo uma interação com a comunidade da qual estão inseridos como agentes capazes de produzirem mudanças não somente no contexto escolar, mas também na sociedade.

3.1 AVALIAÇÃO

Conceito de avaliação pode ser entendido tanto como medir, dar valor ou quantificar a aprendizagem, quanto como resultado de uma ação do planejamento da prática pedagógica em sala de aula.

De acordo com Luckesi(1995), “o ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor e qualidade”.(p.45). Logo, a avaliação deve ser bem planejada e articulada com os objetivos propostos no processo de ensino aprendizagem, ou seja, deve ser coerente com os resultados que pretendemos alcançar.

Foram considerados como práticas avaliativas a aprendizagem e o conhecimento de forma contínua e sequencial, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. No que se refere ao desempenho do aluno, quanto ao desenvolvimento cognitivo da aprendizagem, considera-se o conhecimento que deve ser priorizado, e não os aspectos atitudinais.

A avaliação não necessariamente precisa ser correção de exercícios e observações informais, mas, sim, a intervenção pedagógica desafiadora em que o aluno passa a ter uma interação com o professor, e este precisa agir como mediador nas atividades de sala de aula, conhecendo, compreendendo e acolhendo seus alunos, respeitando as diferenças de cada um e, ao mesmo tempo, de todos. Também podemos referenciar a importância dos registros de acompanhamento e desempenho dos alunos, pelo professor, para uma posterior análise e uma possível intervenção no processo ensino-aprendizagem, permitindo ao educando manifestar, por meio de questionamentos, dúvidas e expressando-se oralmente sobre suas dificuldades.

Quando se propõe mudanças nas práticas avaliativas ou na avaliação, podemos considerar as condições metodológicas trabalhadas, sendo essas associadas tanto intelectuais quanto afetivo, isto é, associar o desenvolvimento cognitivo com o desenvolvimento afetivo de modo que tenha sua integralidade no desenvolvimento do conhecimento, possibilitando ao aluno a superação das dificuldades. A avaliação não deve se restringir a um tempo determinado, mas ser um processo contínuo em que o aluno se desenvolva em todas as áreas de

conhecimento, pois todos os registros feitos pelo professor são elementos de referência para a continuidade da ação educativa.

Quando nos referimos a tipos de avaliações, podemos salientar a avaliação formativa ou avaliação para aprendizagem, tendo por objetivo o processo ensino-aprendizagem, permitindo ao professor utilizar ações avaliativas, dialógicas e atividades que sejam desenvolvidas pelo aluno, para saber as dúvidas, incompreensões e dificuldades que surgiram/surgirão no processo de aprendizagem para solucioná-las durante o trabalho em sala de aula. As práticas pedagógicas, sendo repensadas continuamente, conduzem o aluno à construção e superação entre o que sabe e o que busca saber. Esse tipo de avaliação é baseada em uma relação de confiança entre o professor e aluno, constituindo-se, assim, um elo entre ambos através da aprendizagem.

Devemos considerar que a avaliação formativa envolve muito tempo do professor, pois os registros de cada aluno são constantemente revistos e atualizados diariamente, sendo que os mesmos contribuem para a formulação de um parecer descritivo.

Quando repensada de forma coletiva, torna-se fundamental para um trabalho contínuo e sistemático. Pode constituir-se como elemento indicador da aprendizagem e não meramente um resultado momentâneo, como, por exemplo, a prova que muitas vezes serve apenas para classificar os estudantes.

A avaliação é uma perspectiva de crescimento e de conhecimento pedagógico que, na escola, tem o papel importante de promover a participação do coletivo, a partir da qual se deve considerar a construção desse processo avaliativo da aprendizagem, com critérios bem definidos das estratégias de ensino de sala de aula.

Quando definimos objetivos concretos do que avaliar e para que avaliar, temos que considerar o todo, ou seja, o trabalho pedagógico em sala de aula, a metodologia empregada, inclusive a participação dos alunos individualmente e o seu grupo constituído. Torna-se de grande relevância a percepção do aprendizado pelo professor e pelo aluno. Hoffmann (1992) define,

[...] avaliação é um movimento, é ação e reflexão. [...] A avaliação deve significar justamente a relação entre dois sujeitos cognoscentes que percebem o mundo através de suas próprias individualidades, portanto, subjetivamente [...]. (p.61-62)

Com isso, podemos afirmar que o processo de avaliação não pode ser uma única direção, ou seja, o professor elabora questões e o aluno as realiza. Hoje, faz-se necessário o diálogo junto aos pais e alunos para que a participação nas tarefas diárias auxilie na construção do conhecimento. A participação efetiva da família na escola contribui para a aprendizagem através de tarefas em que todos possam opinar e elaborar uma nova proposta a ser levada à sala de aula, discutida, reelaborada e concretizada.

Quando o processo avaliativo tem planejamento somente com base nos conteúdos trabalhados em sala de aula, muitas vezes deixa de ser um fator de constatação da aprendizagem, sendo apenas um meio de mensurar as respostas produzidas pelos alunos. Em contrapartida, no processo avaliativo com planejamento participativo, em que o professor e os alunos contribuem para o conhecimento com os seus saberes, a avaliação passa ser a consequência do resultado da aprendizagem das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

Sabemos que a aprendizagem deverá se dar a partir da vivência do aluno e, portanto, a avaliação não pode ser mais pensada ou realizada de forma tradicional e distanciada dessa realidade. Deverá ser um processo contínuo e permanente, respeitando as características de cada um no momento do planejamento e na execução das atividades pedagógicas e expressão dos resultados. Para Vasconcellos (1998),

[...] a avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores. Nesse contexto, a avaliação deveria acompanhar o aluno em seu processo de crescimento, contribuindo como instrumento facilitador da aprendizagem [...]. (s.p.)

Cabe aos gestores, junto à comunidade escolar, definir propostas para uma aprendizagem, por meio de uma metodologia adequada ao trabalho pedagógico a ser efetivado e um sistema avaliativo coerente com o que foi proposto no Projeto Político-Pedagógico. É seu papel também buscar meios para sanar as dificuldades

de aprendizagem constatadas no processo de avaliação e rever junto aos professores as práticas metodológicas. O professor, como mediador junto aos alunos, possibilita a estes superarem o que não foi aprendido durante o tempo letivo. A avaliação não está sendo vista como instrumento de medida entre o que se sabe e o que se deixou de aprender, mas algo que continua a favorecer o crescimento do conhecimento do aluno. Para Furlan (2007),

[...] o papel do professor nesse processo deve ser o de dar suporte à aproximação entre o que os alunos já sabem e o que necessitam saber. Diante disso, torna-se essencial ouvir o aluno, na busca da compreensão sobre o que ele pensa [...]. (p. 34)

A autoavaliação é a metodologia que permite a análise das ações trabalhadas e a reflexão sobre as práticas pedagógicas. Possibilita ao professor e ao aluno, através do diálogo, a revisão de critérios no planejamento, também contribuindo para a participação, o desenvolvimento e a autonomia dos alunos para ocorrer a intervenção nas ações.

Neste momento, é importante a realização da autoavaliação, a qual possibilita ao aluno expressar-se sobre o processo de aprendizagem. O professor pode valorizar essa participação e a contribuição do aluno, pois somente assim pode ocorrer uma mudança de atitude do processo de avaliação. Para Luckesi, “[...] avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja [...]” (1995, s.p).

O professor, como mediador entre o que ensina e o que será construído pelo aluno, contribui, assim, para a mudança da realidade na qual está inserido, sendo o processo avaliativo uma consequência do trabalho pedagógico. Para Paulo Freire (1996),

[...] A avaliação é a mediação entre ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (1996, p. 65).

O diálogo é muito importante nesse processo em que professor e aluno podem rever conceitos e metodologias, nunca desprezando o conhecimento, as habilidades e as atitudes deste último. Somente assim conseguirão superar as dificuldades da aprendizagem. Nessa perspectiva, Gandin (1995) afirma: “Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo em proveito de todos” (p. 57).

Para ter efetivamente um processo avaliativo com participação democrática e de interação, faz-se necessário um ensino-aprendizagem com perspectiva de crescimento do conhecimento e a possibilidade da transformação educativa.

3.2 AVALIAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA

O Projeto Político-Pedagógico da Escola deve contemplar a relação entre as ações das práticas avaliativas numa perspectiva de avaliação emancipatória do conhecimento. Na avaliação participativa, o professor e os alunos interagem e discutem a construção dos critérios e elaborados das propostas que constituíram o trabalho pedagógico em sala de aula, ficando claro que o processo depende do desempenho de todos, incluindo o professor. (HOFFERMANN,1992; VASCONCELOS,1998)

A construção coletiva implica diretamente no fazer pedagógico de sala de aula quando o professor e aluno avaliam o trabalho desenvolvido, analisando os aspectos importantes que precisam ser repensados e refletindo as práticas pedagógica e a aprendizagem.

A avaliação emancipatória favorece a autoavaliação, considerando os critérios e propostas coletivas que foram estabelecidos anteriormente. O professor refletir sua prática para repensar, retomar e buscar uma nova metodologia e o aluno, ao avaliar seu desempenho, suas potencialidades e dificuldades, retoma a construção permanente do conhecimento. É importante, nesse momento, que os gestores dialoguem de forma participativa com a comunidade escolar, incluindo os pais nesse processo, para compartilhar ideias, pensamentos, experiências vivenciadas do cotidiano escolar de seus filhos, colaborando para a tomada de decisão e transformação da realidade escolar.

4. METODOLOGIA

A metodologia, que optamos, partiu da pesquisa-ação para o desenvolvimento das ações propostas, com detalhamento das atividades elencadas no projeto político-pedagógico escolar, tendo finalidade de repensar a própria avaliação, assim como, as práticas avaliativas em sala de aula, buscando a coerência entre o que foi planejado e o resultado das ações construídas.

Para a construção do projeto de intervenção foram realizadas reuniões, aplicados questionários e discutidos os resultados com toda a comunidade escolar.

A metodologia foi desenvolvida teve como base a pesquisa-ação, com o objetivo de unir pesquisa, ação e práticas pedagógicas, ou seja, desenvolver conhecimento e a compreensão como parte da prática, na busca de uma transformação – através de estratégias, ações planejadas sistematicamente e submetidas à observação, reflexão e mudanças. As ações foram contínuas e possibilitaram a autoavaliação das práticas diárias pelos professores, alunos e pais, como processo de aprimoramento e de construção de conhecimento, de forma participativa e democrática, onde as ações planejadas e o Plano de Intervenção promovam a mudança da realidade escolar.

A pesquisa-ação é a metodologia que permite pesquisar um problema a partir da realidade vivenciada na escola, através da elaboração de um planejamento de ações, buscando de forma participativa e coletiva a mudanças dessa realidade (FRANCO, 2005; TRIPP, 2005).

Considera-se que a pesquisa-ação possibilitou o trabalho da pesquisadora com a comunidade escolar em um processo que valorizou a construção cognitiva, sustentada pela reflexão crítica coletiva, permitindo, desta forma, uma comunidade participativa e que se posicionasse diante dos problemas por meio do diálogo, do debate e da reflexão. Da mesma forma, a pesquisa-ação qualitativa possibilitou aos entrevistados pensarem livremente e à pesquisadora fazer a análise das respostas e emitir conclusões. A pesquisa possui um caráter descritivo, onde o processo tem como foco principal da abordagem, a revisão das práticas pedagógicas avaliativas, que, somente assim, poderá realizar o projeto de Intervenção.

Para a aplicação do Projeto de Intervenção em sala de aula, foi realizado um questionário (ver nos anexos) referente às práticas avaliativas, à concepção de

avaliação, aos instrumentos usados para avaliar, aos critérios utilizados para elaborar uma avaliação, à metodologia utilizada na recuperação e às formas de divulgação da expressão da avaliação.

Nos dias 24/02/15 e 25/02/15, a formação de professores da escola teve como foco o Projeto Político-pedagógico da escola e foram debatidos dois temas: a gestão democrática e o processo de avaliação interno e externo da Escola Estadual de Ensino Médio Politécnico . Na ocasião, foi aplicado um questionário com cinco questões referentes ao processo de avaliação. Cada professor respondeu individualmente.

No dia 28/02/15, o mesmo trabalho foi realizado com o segmento alunos, turma 1.º C, que respondeu ao questionário contendo cinco questões. Cabe ressaltar que as questões elaboradas têm o mesmo foco, porém diferentes para cada segmento.

No dia 01/03/15, foi realizada reunião com os pais dos alunos da turma 1.º C, juntamente com os gestores e coordenadores pedagógicos, para a explicação do foco do projeto de intervenção e a aplicação do questionário.

Os gestores e o coordenador pedagógico explicaram ainda como funcionou o projeto de intervenção na turma, o seu período de execução (1.º trimestre). Foi sugerido pelos professores o planejamento por área de conhecimento e interdisciplinar, com a aprovação de alunos e pais.

Após a coleta de dados, houve a tabulação e a análise, sendo realizadas a síntese e a divulgação dos resultados para os professores em reunião pedagógica; para os alunos, em sala de aula, pelos gestores e a coordenação pedagógica; e, aos pais, em reunião.

5. AÇÕES REALIZADAS

As ações foram o caminho para atingir as metas estabelecidas para o primeiro trimestre, onde o planejamento pedagógico nas áreas de conhecimento teve como referencial as habilidades e as competências. A avaliação processual e diagnóstica evidenciou as dificuldades encontradas pelos alunos quanto à sua participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e à informação periódica sobre aproveitamento escolar.

O envolvimento e a participação dos pais nas tarefas escolares de sala de aula evidenciaram a mudança de atitude dos filhos no desenvolvimento da aprendizagem. Os gestores e coordenadores pedagógicos estiveram dando suporte ao planejamento do trabalho pedagógico de sala de aula para o desenvolvimento das ações propostas, como o planejamento por áreas de conhecimento que contemplam os conteúdos de cada disciplina, as atividades diárias, os temas interdisciplinares, a pesquisa, os seminários, vídeos, sendo construídos pelos alunos e tendo os professores como mediadores.

Outro fator de grande relevância foi a participação dos pais na construção das ações que foram desenvolvidas. No encerramento do primeiro trimestre, foram realizados o conselho diagnóstico da turma, o conselho de classe e a autoavaliação com a participação dos professores, alunos e pais.

A pesquisa-ação foi realizada por meio de questionário sobre o tema avaliação, foco da pesquisa, destinada a cada segmento, porém apresentando questões diferenciadas. De posse dos dados coletados, foram realizadas a tabulação e a síntese dos resultados, mostrando o que pensa cada segmento:

5.1 SEGMENTO PROFESSORES

Os professores têm como concepção de avaliação a verificação da aprendizagem do aluno, através da compreensão do ensino-aprendizagem para que possam rever o planejamento e a metodologia. Quanto ao instrumento avaliativo, às atividades diárias, provas e trabalhos individualizados são muito comuns à maioria, apenas as áreas humanas realizam de forma interdisciplinar. Relatam que na elaboração das avaliações utilizam conteúdos trabalhados em sala de aula e que venham contribuir no crescimento intelectual dos alunos, como interpretação,

atividades descritivas e questões de análise. A recuperação ocorre de forma diversificada, à maioria retoma os conteúdos para os alunos que não atingiram o conceito satisfatório, realizando outra avaliação.

A divulgação do resultado das avaliações ocorre entregando aos alunos com correção para toda a turma. Muitos educadores reconhecem que o ideal seria o atendimento individualizado, mas por terem muitos alunos, fica difícil.

A partir dessa análise foi possível repensarmos a revisão dos processos avaliativos e as práticas desenvolvidas, com a mudança das práticas avaliativas a metodologia provocou a necessidade de um planejamento interdisciplinar e por área de conhecimento, obtendo resultado favorável do aprendizado através das práticas pedagógicas e do acompanhamento sistemático de sala de aula pelo professor.

5.2 SEGMENTO ALUNOS

Para os alunos, o significado de avaliação é instrumento como testes, provas e trabalhos. Alguns consideram o método empregado para constatar o desempenho e observações realizadas em sala de aula pelo professor. Os instrumentos normalmente usados são provas, trabalhos, pesquisas atividades de aula, atitudes e responsabilidade. No item recuperação, relatam que ocorre a explicação dos conteúdos aos que tiveram mais dificuldade a retomada do conteúdo não assimilado, através de exercícios e prova. A maioria concorda que não existe a participação dos educandos no processo avaliativo da escola, sendo determinado pelos professores.

A divulgação dos resultados das avaliações se faz pela entrega de provas e testes ao alunos, outros relatam que os instrumentos avaliativos são retidos pelo professor e entregues, aos mesmos, próximo ao período de entrega dos boletins aos pais.

Após a análise, possibilitou a construção de ações que contribuíram para a participação dos alunos nas práticas avaliativas. Com um trabalho interdisciplinar e por área de conhecimento, proporcionou uma avaliação coerente com a metodologia proposta e desenvolvida em sala de aula, comprovando a aprendizagem esperada e com expressão de resultados satisfatória.

5.3 SEGMENTO PAIS:

Para os pais, o significado de avaliação são instrumentos (prova, testes, trabalho e pesquisa...) utilizados pelo professor, sendo um meio de medir o conhecimento do aluno no processo aprendizagem e a recuperação ocorre de forma diversificada: trabalhos, provas e revisão do conteúdo; com isso, a família só tem conhecimento da aprendizagem do filho na entrega de boletins. Relatam que não existe participação no processo de avaliação, sendo responsabilidade do professor e da escola. Argumentam, ainda, desconhecerem essa prática, não terem tempo ou conhecimento.

O Projeto de Intervenção foi desenvolvido em uma turma de primeiro ano noturno, com o planejamento dos professores nas quatro áreas de conhecimento e interdisciplinar, considerando as habilidades e competências dos alunos, possibilitando a ação-reflexão das propostas pedagógicas e metodológicas em sala de aula, proporcionando o envolvimento de todos e repensando as práticas avaliativas. Portanto, a família e a escola têm participação nesse contexto e comprometem-se no crescimento cognitivo do aluno, com participação efetiva nas atividades diárias de sala de aula.

A elaboração do Projeto de Intervenção pedagógica foi interdisciplinar e por área de conhecimento: habilidades e competências de acordo com a necessidade do aluno ou da turma. O educador, juntamente com a turma, faz a análise da metodologia empregada no desenvolvimento da práxis pedagógica de sala de aula.

Quadro2. Ações construídas para a Execução do Plano de Intervenção

Professor	Aluno	Pais	Gestores
Planejamento a partir de habilidades e competências em cada área de conhecimento	Participa das atividades de intervenção pedagógica;	Envolvimento da família para que a mesma tenha participação mais efetiva nas atividades diárias dos filhos;	Dar suporte ao planejamento do projeto de intervenção;
Avaliação processual e diagnóstica para identificar as dificuldades encontradas pelos alunos,	Ter acesso e conhecer o resultado das avaliações realizadas;	Acompanhar o resultado das avaliações;	Garantir um ambiente adequado de trabalho;
Planejamento semanal das atividades que contemplem as Áreas de conhecimento,	Receber assessoramento do professor quando apresentar dificuldades;	Incentivar e criar hábito de estudo para que o filho tenha comprometimento nas tarefas escolares	Promover a participação;
Revisão dos pontos do planejamento metodológico para trabalhar as dificuldades dos alunos.	Ser informado do aproveitamento escolar;	Reunião mensal para relato do projeto de intervenção.	Acompanhar os resultados do projeto de intervenção
Reunião semanal dos professores para autoavaliação das ações.	Realizar a autoavaliação	Participar da autoavaliação	Promover encontros para divulgação dos resultados do projeto de intervenção.
Conselho de classe participativo	Conselho de classe participativo	Conselho de classe participativo	Conselho de classe participativo

Autora: Marisa Pereira Gomes-2015

O quadro acima mostra como foram planejadas as ações em cada um dos segmentos, a partir da análise das práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula.

O planejamento ocorreu com atividades pedagógicas semanais, sempre por área de conhecimento, sendo consideradas as habilidades e competências em cada área. Nas reuniões quinzenais, ocorreram os relatos dos professores, com reflexões e análise sobre a metodologia empregada, pontuando os aspectos a serem revistos para sanar as dificuldades dos alunos. Também se fez necessária a autoavaliação

do planejamento e da metodologia aplicada. Foram observados pelos relatos na autoavaliação alguns pontos importantes, como os encontros para as conversas e divulgação de resultados, porém, precisamos rever a questão cultural da aplicação da prova, ainda muito questionada pelos pais como processo de reconhecer o aprendizado do filho. A participação dos alunos e dos pais nas ações estabelecidas foi fundamental para esse projeto.

A participação dos docentes relativas às ações do projeto de intervenção nas atividades diárias de sala de aula favoreceu o desenvolvimento cognitivo. O auxílio do professor e o acesso aos resultados dos processos avaliativos, diante de dificuldades, contribuíram para que a aprendizagem de fato ocorresse.

As ações propostas culminaram com a presença da família nas atividades diárias dos filhos, acompanhando o desempenho e o comprometimento com o fazer escolar. A escola, através dos gestores, propiciou ambiente favorável às ações propostas e construídas coletivamente, estimulando a participação de todos, a fim de qualificar as práticas pedagógicas e avaliativas, estando estas de acordo com o proposto no projeto político-pedagógico e no projeto de intervenção. Com o auxílio da coordenação pedagógica, foi realizado o acompanhamento da execução das atividades propostas (planejamento e metodologia), com anotações que ajudaram na realização do conselho de classe participativo.

6. RESULTADOS

A escola como espaço democrático tem proporcionado encontros com a sua comunidade escolar em busca da melhoria no processo ensino-aprendizagem e nas práticas avaliativas de forma participativa e coletiva. Com a efetivação de reuniões semanais para professores, gestores e coordenação pedagógica, com os educandos de forma sistemática em sala de aula sempre que surgirem dificuldades, e mensalmente com os pais, buscando, assim, sugestões de ações que contribuam para a efetivação do Projeto de Intervenção, percebeu-se a vivência da participação individual e coletiva.

O Projeto Político-Pedagógico, em consonância com o Projeto de Intervenção, contribuiu favoravelmente para o pensar e o fazer pedagógico da escola, vindo este a instigar e provocar a inquietude, a reflexão e o debate entre os docentes, gestores e comunidade escolar para a construção de uma proposta pedagógica menos excludente, com resgate da participação de pais e alunos no processo de aprendizagem e das práticas de avaliação.

O trabalho interdisciplinar nas quatro áreas de conhecimento contribuiu para o entendimento de uma aprendizagem globalizada, deixando de ser fragmentada, levando o aluno a associar seu conhecimento adquirido com a realidade na qual se insere.

Ao atingir as metas estabelecidas e as ações das práticas pedagógicas e processos avaliativos, foi possível verificar que o planejamento construído de forma participativa contribuiu para diagnosticar a aprendizagem dos alunos da turma 1ºC. Do conjunto de alunos, na expressão dos resultados ao término do primeiro trimestre, 75% obtiveram como conceito o aproveitamento satisfatório da aprendizagem, conseguindo relacionar as atividades pedagógicas com os conteúdos trabalhados de maneira interdisciplinar, demonstrando o conhecimento na aplicação das habilidades propostas, enquanto, 25% obtiveram o aproveitamento parcial da aprendizagem, apresentando dificuldades em algumas habilidades e em relacionar de forma interdisciplinar algumas áreas de conhecimento, necessitando, portanto, de recuperação para a superação das dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem. Também foi constatado que esses alunos eram infrequentes e a família deixou de participar dos encontros mensais.

Ao término do primeiro trimestre, foi realizado o conselho de classe e a autoavaliação com a participação dos professores, pais, alunos e gestores, com os seguintes relatos:

Os professores observaram maior interesse e mudança de postura de grande parte dos alunos em atividades diárias de sala de aula, como por exemplo, a produção textual, relatórios das viagens de estudos relacionando aos conteúdos desenvolvidos e pesquisa com temas relacionados a sua realidade, despertando interesse do aluno em realizar a divulgação dessas atividades na comunidade escolar através de seminário, desta forma contribuindo efetivamente no processo ensino-aprendizagem, principalmente os que tiveram acompanhamento dos pais; também salientaram que o tempo e a carga horária foram o fator preocupante, devido ao término do trimestre. Os educandos relataram que conseguiram entender a prática metodológica trabalhada em sala de aula, conseguindo relacionar as diversas áreas de conhecimento.

Os pais verificaram a sua importância no cotidiano escolar de seus filhos, principalmente acompanhando as atividades diárias e a frequência escolar, sendo esta de responsabilidade de cada responsável pelos alunos.

A construção coletiva foi de grande relevância para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e para a revisão dos processos avaliativos, conseguindo-se provocar mudanças na forma de pensar a avaliação e na tomada de decisões. O envolvimento e o comprometimento com o trabalho proposto fizeram com que a comunidade escolar acreditasse que é possível provocar mudanças a partir da participação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico da escola, que tem objetivos e critérios bem definidos dos processos avaliativos e das práticas metodológicas, vem provocando um novo olhar e outra perspectiva de avaliação justa e coerente, demonstrando uma prática emancipatória com formação cidadã, contemplando grande parte da comunidade escolar. Com o processo, houve, portanto, a possibilidade de participação coletiva, o que possibilitou, assim, uma prática pedagógica transformadora de sala de aula. Baseando-se no princípio da igualdade, solidariedade e autonomia, essa proposta de avaliação contribuiu para a permanência do aluno na escola.

O trabalho pedagógico passou a ser compartilhado, participativo, com mediação do educador auxiliando o aluno. O diálogo torna-se elemento importante nesse processo, onde o professor e o aluno interagem para rever conceitos e metodologias do processo avaliativo.

As mudanças propostas foram de grande relevância, pois possibilitaram à escola como um todo repensar, ressignificar e desmitificar o sistema avaliativo. A intervenção foi tomando dimensões surpreendentes, principalmente quando extensivo a todas as turmas da escola, observando o envolvimento dos professores e o interesse dos alunos.

Saliento que muitos fatores contribuíram para que o trabalho se efetivasse: as formações de professores, os debates, os questionamentos, a motivação para os colegas se engajarem nas ações, principalmente mostrando que era possível uma avaliação interdisciplinar e por áreas de conhecimento, apesar da resistência de alguns professores. Devemos considerar, também, que a carga horária elevada, número expressivo de turmas e níveis diferentes provocavam a desmotivação dos professores, não podendo ser desconsiderados. Porém o trabalho interdisciplinar e compartilhado possibilitou a superação dos problemas ao longo do planejamento, contribuindo no ensino aprendizagem.

O trabalho da coordenação pedagógica, dos gestores e dos professores, ao serem explanadas de forma clara as ações desenvolvidas, foi compreendido pelos alunos, mostrando que o conhecimento, quando em forma de “gavetinhas”, torna-se estanque, não relacionando as diversas áreas de conhecimento. A aprendizagem

ocorre exatamente quando conseguimos entender, diferenciar e relacionar os diversos saberes.

Também houve a superação da desconfiança e da incerteza apresentadas pelos pais diante de uma nova metodologia, sendo que a sua participação se fez necessária, principalmente com propostas, opiniões e a tomada de decisão, sendo consideradas de extrema importância em todo esse processo.

Quando propostas revisões das práticas avaliativas deixou-se claro que elas deveriam ocorrer sempre e a cada momento, pois são contínuas e de constantes mudanças no planejamento, considerando os questionamentos de todos e as avaliações periódicas do trabalho desenvolvido.

Na gestão democrática o debate e a participação da comunidade escolar nos processos avaliativos qualificam a escola para definição de ações claras e transparentes a serem construídas, possibilitando assim uma avaliação que contemple o conhecimento e os diversos saberes, garantindo a formação cidadã e a igualdade de participação a todos no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, **Formação de Professores do Ensino Médio- Pacto- Caderno 6-Etapa I ,caderno 1-Etapa II**, 2014.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p.483-502, 22 jun. 2005. Semestral.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUHRMANN, Lucrécia Raquel; PAUSE, Tatiana. Avaliação da aprendizagem na perspectiva da gestão democrática. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Formação a distancia para gestores da educação básica: Olhares sobre uma experiência no Rio Grande do sul**. Porto Alegre: Evan Graf, 2014. p. 189-208

FURLAN, Maria Inês Carlin. **Avaliação da aprendizagem escolar: convergências e divergências**. São Paulo: Annablume, 2007.

GANDIN, Danilo. A pratica do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campo cultural, social, político, religioso e governamental.. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. 41ª ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, 22 jun. 2005. Semestral.

VASCONCELLOS. C. dos S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

ANEXOS

Quadro1. Questionário para cada segmento escolar

Professores	Alunos	Pais
1. Concepção de avaliação?	1. Significado de avaliação?	1. Significado de avaliação?
2. Instrumentos utilizados para avaliar?	2. Instrumentos utilizados pelos professores para avaliar?	2. Instrumentos utilizados pelos professores para avaliar seu filho?
3. Critérios utilizados para elaborar uma prova?	3. Metodologia utilizada para a recuperação dos conteúdos não assimilado?	3. Como ocorre a recuperação dos conteúdos não aprendidos pelo seu filho?
4. Metodologia utilizada na recuperação dos conteúdos não assimilados pelos alunos?	4. Há a participação do aluno nos critérios do processo de avaliação?	4. Como ocorre a divulgação dos resultados das avaliações pelos professores?
5. Como ocorre a divulgação do resultado das avaliações aos alunos?	5. Como ocorre a divulgação dos resultados das avaliações pelos professores?	5. Existe participação dos pais no processo da avaliação na escola?

Autora: Marisa Pereira Gomes-2015.